



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

23/11/2016 - 10h14 - Sinttel-ES

Informe GREVE Telemont (1º dia – 23/11/2016)

SINTTEL•ES

SINDICATO DOS/AS TRABALHADORES/AS EM TELECOMUNICAÇÃO NO ES

Informe Greve Telemont

1º dia da Greve 23/11/2016

DECISÃO DA ASSEMBLEIA DE 22/11/2013

Os trabalhadores da Telemont, reunidos na noite de terça-feira, 22/11 no Auditório do Senac, reiteraram a decisão de GREVE GERAL a qualquer momento e dia, a partir da zero hora de hoje, 23/11, conforme edital publicado no Jornal A Tribuna.

A greve começou por Cachoeiro de Itapemirim, onde os companheiros estão parados em sua maioria, respeitando os limites da Lei de Greve, da qual, nossa categoria está inserida por fornecer serviços essenciais à população

Em outros locais e municípios da Grande Vitória e do interior as paralisações serão convocadas pelo comando de greve do Sindicato objetivando evitar retaliações, perseguições e estratégias de desmobilização ao movimento por parte da diretoria da Telemont.

Reajuste é boato

Até às 10:40 horas de hoje, dia 23, não há nenhuma proposta formal (OFICIAL) da empresa de pagamento do reajuste salarial de 10%, ou qualquer aceno para resolver as questões que a categoria vem reivindicando:

Reajuste salarial • Reajuste no tíquete • Reajuste no aluguel dos carros agregados • Pagamento de PPR • Folgas aos sábados na Escala (Semana Espanhola) • Insulfilme • RV • Seguro Total dos veículos, etc.

As publicações nos grupos WhatsApp e Telegran não são oficiais e objetivaram, apenas, evitar que os trabalhadores fossem à assembleia. O que não vingou.

Permaneçam mobilizados/as e unidos/as

Aguardem por informações OFICIAIS do Sinttel-ES.

NÃO DEEM OUVIDOS AOS BOATOS E POSTS MENTIROsos

Acesse o Site www.sinttel-es.org.br



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

23/11/2016 - Telesíntese

Oi quer trocar dívida de R\$ 11 bi com a Anatel em investimento e oferta de serviço gratuito

A Oi apresenta na primeira reunião de conciliação de sua recuperação judicial a proposta de resgatar a 30% de sua dívida com o governo em investimentos, prestação de serviço em uma bolsa família para a população de baixa renda e para órgãos do governo. AGU ainda insiste em tirar as multas da RJ e presidente da Oi, avisa que essa medida iria "inviabilizar a companhia"



Marco-Schoroeder A Oi já tem um elenco de ideias para apresentar amanhã, 24, na primeira reunião de conciliação de sua recuperação judicial para a dívida 30% do total de R\$ 65 bilhões. A dívida com as multa da Anatel é no valor de R\$ 11 bilhões, conforme a Oi, ou de R\$ 20 bilhões, segundo a agência. O governo entrou com recurso para adiar a reunião, mas não foi aceito pelo juiz Fernando Cesar Ferreira Viana. A Advocacia Geral da União (AGU) está intransigente em sua posição de não aceitar que as multas sejam negociadas, o que está deixando o governo, Anatel e TCU em uma saia justa, pois até a Medida Provisória planejada para alterar a legislação da recuperação judicial, e que daria mais autonomia a outros órgãos de governo, não consegue ter seu texto aprovado dentro do governo, por resistência da própria AGU.

O presidente da Oi, Marco Schoreder, espera que a reunião não acabe em impasse, pois ele "iria inviabili-

zar a companhia". "O impasse não é de interesse de ninguém e não deve ser também da Anatel" entende o CEO, que acredita que esta primeira reunião poderá estabelecer as bases para a continuidade do acordo.

Segundo o executivo, a Oi vai apresentar "ideias gerais" de como pretende abater a sua dívida de R\$ 11 bilhões com a Anatel. "Em síntese, queremos dar continuidade ao processo de negociação de TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) que a gente começou com a Anatel", explicou o executivo.

Na proposta da empresa, ela quer trocar a dívida por investimentos e ofertar serviços gratuitos para a população de baixa renda – criando uma espécie de "Bolsa Telecom" -, e oferecendo também serviços de telecomunicações gratuitos para postos do governos, como saúde pública, escolas, etc, pelo prazo de quatro anos, mesmo prazo do TAC da Anatel.

Segundo ele, a empresa não lida com os mesmos valores da Anatel – de R\$ 20 bilhões- , porque parte desse montante a própria companhia admite que não pode legalmente incluir na recuperação judicial, por ser dívida tributária.

"Dos 20 bilhões que a Anatel apresenta, 5 bilhões são dívidas tributárias, que a gente nem questiona. Então, sobram 15 bilhões. Desse total, reconhecemos 11 bilhões, pois 2 bilhões estão circulando na Anatel e a gente nem sabe. E o restante a Anatel nos notificou, mas a gente não reconhece", completou o executivo.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

23 DE NOVEMBRO DE 2016 - Telesíntese

Senado manda Anatel explicar reclamações do consumidor sobre a agência

Comissão de Infraestrutura vai convocar Juarez Quadros, presidente do conselho diretor da Anatel, para explicar como a agência está solucionando os problemas apontados por relatório de 2015

A Comissão de Serviços e Infraestrutura (CI) do Senado vai convocar o presidente do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Juarez Quadros, para explicar o aumento da insatisfação dos consumidores com relação à atuação da própria agência reguladora.

A convocação atende a pedido do senador Roberto Muniz (PP/BA), em reação aos resultados do Relatório de atividades da Ouvidoria da Agência. O relatório é de 2015, mas foi lido na CI apenas na semana passa-

da. O parlamentar quer que Juarez Quadros debata com os parlamentares e aponte soluções sobre as pendências de que trata o documento.

Uma das falhas, conforme o relatório da Ouvidoria, diz respeito à falta de ação da Anatel na conciliação e na solução do conflito decorrente da política adotada pelas operadoras de bloqueio do acesso à internet móvel após o final da franquia contratada, iniciada em 2014. (Com assessoria de imprensa)

23 DE NOVEMBRO DE 2016 - Telesíntese

CORRE RISCO DE ACABAR O ACORDO ENTRE ANATEL E ANEEL PELO PREÇO DO POSTE A R\$ 3

A Anatel criou um grupo de trabalho para encontrar um jeito de disciplinar a instalação dos fios de telecom nos postes das concessionárias da rede elétrica, para preservar o acordo com a Aneel, que estabelece o preço do aluguel do poste a R\$ 3,19. Pois as concessionárias de energia reagem a esse preço e o Legislativo já tem projeto de lei para derrubar a norma das agências.

O presidente da Anatel, Juarez Quadros, anunciou hoje, 23, durante a abertura do Painel Telebrasil, a criação de um grupo de trabalho para dar solução ao excesso de fios de telecom que estão instalados nos postes das concessionárias de energia elétrica. Ele disse que a Resolução Conjunta assinada entre a Anatel e a Aneel em 2014, que estabeleceu o preço do poste a R\$ 3,19 está sofrendo fortes reações por parte do setor elétrico e o setor de telecom precisa adotar algumas medidas para preservar a norma. " A Anatel já

se manifestou a favor da manutenção da norma, mas há de fato um excesso de cabos nos postes, problema que precisa ser resolvido", afirmou Quadros.

Na semana passada o diretor-geral da Aneel, Romeu Rufino, encontrou-se com Quadros, e, na pauta, as demandas do setor de energia elétrica contra essa resolução. Muitas concessionárias questionam o preço que foi estabelecido e o excessiva quantidade de cabos que está instalada na sua rede.

Para Quadros, é urgente que a questão da limpeza dos postes seja feita, para que o preço acordado seja preservado. Até porque, já existe uma proposta de Decreto Legislativo tramitando na Câmara dos Deputados propondo a sustação da portaria Anatel -Aneel. O Decreto Legislativo, um ato exclusivo do Legislativo, quer sustar o ato normativo do Poder Executivo de número 491 foi apresentado este ano, já como resultado da pressão das elétricas./

23/11/2016 - RBA

Previdência livra empresas de obrigação de comunicar parte dos acidentes de trabalho

Se a regra valesse em 2014, deixariam de ser comunicadas 540 mil ocorrências, de um total de 770 mi. Com isso, ficará a falsa impressão de ambientes seguros para o trabalhador



Para especialistas, essa medida do governo Temer é parte do plano neoliberal de desmonte do Estado

A partir de 2017, as empresas não precisarão mais comunicar acidentes de trabalho que levem a afastamento por até 15 dias e também deixarão de comunicar todos os acidentes de trajeto. A mudança foi decidida pelo Conselho Nacional de Previdência Social. Para o dirigente da CUT Quintino Severo, a medida resultará na falsa impressão de que as empresas estão mais cuidadosas com a segurança no trabalho. "O Brasil hoje é um dos países que mais acidenta trabalhadores no mundo. Infelizmente, a sociedade não sabe disso por que há uma subnotificação das ocorrências. Agora, tirando essas informações, nós acreditamos que o problema vai aumentar", denuncia, em entrevista à TVT.

As notificações de acidentes de trabalho são usadas para o cálculo do FAP, o Fator Acidentário de Prevenção. O fundo é calculado de acordo com a quantidade e a gravidade dos acidentes registrados em cada empresa. Como o número de notificações vai cair, o recolhimento da taxa também cairá.

Para os empresários, a medida permitirá economizar entre R\$ 2 bilhões e R\$ 4 bilhões, calculam as representações dos trabalhadores. Hoje, as empresas são obrigadas a contribuir com valores que variam de 1% a 3% da folha de pagamento para o FAP.

"Isso é para diminuir e enfraquecer cruelmente a Previdência", afirma Remígio Todeschini, do Instituto de Previdência de Santo André. Em 2014, foram notificados no Brasil 770 mil acidentes de trabalho. Com a nova regra, deixariam de ser comunicadas 540 mil dessas ocorrências, 63% do total.

Para os dois especialistas, essa medida do governo Temer é parte do plano neoliberal de desmonte do Estado e caminho para a privatização do sistema previdenciário. "As decisões que o conselho vai tomando desmonta o FAP e vai levar à sua extinção", diz Quintino.

Assista:

<https://youtu.be/f334X0gCkJU>